

A “economia solidária”: uma crítica marxista

Claus Germer
Professor do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Econômico da
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

A “economia solidária”: uma crítica marxista

O presente artigo apresenta uma crítica às concepções de Paul Singer a respeito da chamada “economia solidária”, concentrando-se em dois aspectos teóricos e históricos: 1) a concepção da história das lutas dos trabalhadores pelo socialismo como uma história do desenvolvimento da economia solidária; 2) a concepção da cooperativa de produção como forma típica do modo de produção solidário. A crítica a esses dois aspectos permite identificar o processo real de desenvolvimento das lutas dos trabalhadores contra o capitalismo, a partir das incipientes formas iniciais até a sua forma mais desenvolvida do socialismo moderno, bem como o significado, as possibilidades e os limites das cooperativas no capitalismo.

“Solidary economy”: a Marxist critique

This article presents a critique to Paul Singer’s conception regarding the so-called “solidary economy”, and concentrates in two theoretical and historical aspects: 1) the conception of the history of workers’ struggles for socialism as a history of the development of solidary economy; 2) the conception of production cooperatives as a typical form of the solidary mode of production. The critique to these two aspects allows identifying the actual developing process of the workers’ struggles against capitalism, since their initial forms up to their most developed form in modern socialism, as well as the meaning, the possibilities and the limits of cooperatives within capitalism.

A crise mundial iniciada nos anos 1970 e a inflexão neoliberal que se seguiu, a partir do início da década seguinte produziram taxas elevadas e persistentes de desemprego e índices crescentes de pobreza na maioria dos países capitalistas desenvolvidos, mas principalmente nos países da periferia. No campo dos movimentos sociais, com o refluxo momentâneo dos projetos socialistas a partir da desagregação da União Soviética, difundiram-se propostas de reforma social com base na solidariedade mútua e no associativismo dos pobres, configurando um certo retorno às concepções limitadas da fase inicial das lutas operárias surgidas nas primeiras décadas do século XIX. Ao mesmo tempo, partidos de diversos matizes de centro-esquerda cresceram eleitoralmente como oposição aos governos neoliberais mas, ao serem eleitos como reação popular aos problemas sociais causados pelo neoliberalismo, demonstraram não possuir projetos alternativos concretos e procuraram encobrir essa deficiência com a instituição de políticas emergenciais de atendimento a desempregados e pequenos produtores autônomos e informais. Essas políticas emergenciais oficiais somaram-se e/ou fundiram-se, em alguma medida, com as iniciativas associativas espontâneas surgidas no movimento social, constituindo uma corrente heterogênea de propostas e iniciativas concretas sob o título genérico de “economia solidária”.

No interior dessa corrente surgem tentativas de teorizar a “economia solidária” não apenas como um conjunto de iniciativas emergenciais destinadas a amenizar os efeitos de problemas sociais, mas como embriões de uma forma de organização social alternativa ao capitalismo, ignorando a crítica marxista. No Brasil as iniciativas no âmbito da chamada “economia solidária” têm se expandido signifi-

cativamente, tanto na forma de iniciativas sociais espontâneas como de políticas oficiais. Entre os autores que se destacam como intérpretes desse heterogêneo campo, Paul Singer diferencia-se pela tentativa de teorizar a economia solidária com base em alguns elementos da teoria social marxista, concebendo-a como uma forma social alternativa ao capitalismo sob o título especificamente marxista de novo “modo de produção”. Esse artigo constitui uma crítica às concepções de Singer, concentrando-se em dois aspectos, considerados essenciais, tanto do ponto de vista teórico quanto histórico: em primeiro lugar, a concepção fantasiosa da história das lutas dos trabalhadores pelo socialismo como uma história do desenvolvimento da economia solidária; em segundo, confronta-se a concepção da cooperativa de produção como forma típica do modo de produção solidário, com as concepções dos autores clássicos do marxismo sobre o papel do cooperativismo.

É preciso alertar para o fato de que os escritos de Singer sobre a “economia solidária” possuem características que tornam difícil a crítica. Por um lado, o autor não se esforça em precisar os fundamentos teóricos das suas teses e propostas e dos conceitos que utiliza. O autor faz uso de conceitos marxistas sem se ater ao seu sentido original e sem chamar a atenção do leitor para o sentido alterado que lhes dá. Por outro lado, Singer muda de opinião sobre pontos específicos do tema, de um escrito a outro, sem aparentemente preocupar-se em evitar afirmações contraditórias e, quando incorre nelas, não adverte para a mudança de opinião nem explica os seus motivos.

O aspecto histórico

Singer parece empenhado em reescrever a história das lutas dos trabalhadores pelo socialismo, nos últimos duzentos anos, como se ela constituísse uma história do desenvolvimento progressivo da “economia solidária”, em especial da cooperativa de produção, sua

forma típica, segundo o autor (SINGER, 2003, p. 13).¹ O elemento histórico verdadeiro dessa versão é que as lutas anticapitalistas dos trabalhadores tiveram início há quase duzentos anos, isto é, nas primeiras décadas do século XIX. Mas não é verdade que a formação das cooperativas tenha sido a forma de luta única ou predominante, ou que a luta pela formação de cooperativas de produção tenha constituído o eixo central das lutas do proletariado contra o capitalismo a partir dessa época até os dias de hoje. A fim de dar destaque ao equívoco histórico no qual Singer incorre, é necessário expor, mesmo que sumariamente, as grandes fases que podem ser identificadas na história da luta do proletariado mundial contra o capitalismo.

A primeira fase estende-se aproximadamente do início do século XIX até 1848. Abstraindo a resistência espontânea milenar dos explorados de todos os tempos contra os seus opressores, as lutas dos trabalhadores contra o caráter especificamente capitalista da exploração sofrida iniciaram-se na primeira metade do século XIX. Como todo início, teve uma base estreita e imediatista. Os trabalhadores ainda não haviam tomado consciência da sua identidade como classe social distinta das demais e de cujas condições objetivas de existência emergia um projeto próprio de sociedade, oposto ao capitalismo. Nesse início, os trabalhadores não se dedicaram apenas a formar cooperativas. Entre os fatos destacados do período, a história registra a sua reação instintiva destruindo máquinas, que consideravam culpadas pelo infortúnio do desemprego, e as primeiras tentativas de formação de sindicatos. O fenômeno cooperativista, nesse período, apresenta-se sob duas formas. Por um lado era o subproduto das lutas práticas dos trabalhadores, que ocupavam fábricas falidas e tentavam convertê-las em cooperativas, como reação defensiva diante do desemprego causado pelas crises industriais, enquan-

¹ Segundo Singer, a “‘economia solidária’ é o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando” (SINGER, 2003, p. 14). A história real contradiz claramente essa fantasiosa opinião.

to, por outro lado, constituía a base de utopias sociais elaboradas por intelectuais brilhantes (como Fourier e Saint-Simon) e mesmo por industriais de prestígio (caso de Owen). Essa primeira fase da luta pelo socialismo é a fase do socialismo utópico, expressão com a qual Marx e Engels caracterizaram as propostas de reforma social então surgidas e que expressavam as aspirações pessoais de indivíduos bem-intencionados, ao invés de constituírem expressões teóricas das tendências de mudança surgidas espontaneamente no desenvolvimento real da sociedade. Singer, parecendo querer antecipar-se à crítica baseada nessa caracterização de Marx e Engels, afirma que “a economia solidária não é a criação intelectual de alguém”, mas é, ao contrário, “uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (Idem, p. 13).

Segundo Singer, esse período constituiria a “fase inicial” da história da “economia solidária”, que ele denomina “cooperativismo revolucionário” (SINGER, 2002, p. 35) e que “já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo” (Idem, p. 33). Singer parece não distinguir as iniciativas práticas dos trabalhadores das propostas teóricas de intelectuais preocupados com o agravamento da questão social. Essa opinião causa estranheza, uma vez que o cooperativismo desse período foi antes utópico do que revolucionário, como o demonstram as concepções dos seus mais destacados pregadores na época, Fourier e Owen (MACKENZIE, 1969, p. 26-27, 32-35). Seria um equívoco deduzir o suposto caráter revolucionário dessas cooperativas do fato de uma parte delas ser constituída em fábricas ocupadas pelos trabalhadores. Apesar de importantes, esses processos consistiam antes em reações defensivas dos trabalhadores em situações críticas do que em desdobramentos de projetos conscientes de socialização de meios de produção. Nessa primeira fase, com efeito, a luta contra o capitalismo era concebida como uma luta travada no campo estritamente econômico, o que se pode atribuir, por um lado, ao desconhecimento, por parte dos trabalhadores, da conexão entre a esfera econômica e a da ideologia, da política, da

cultura e, no ápice, da estrutura social, do poder social concentrado no Estado e monopolizado pela classe proprietária dos meios de produção. Por outro lado, isto pode ser atribuído, em certa medida, à separação ainda existente entre as lutas práticas dos trabalhadores e as elaborações de caráter utópico, por parte de intelectuais.²

A segunda fase, que se inicia em 1848, caracteriza-se pelo fato de que o proletariado intervém no processo social como classe consciente da sua própria identidade social e política. Nessa fase o proletariado, como classe, supera as limitações iniciais, graças à fusão das lutas práticas dos trabalhadores com as lutas teóricas de intelectuais socialistas, dando origem ao socialismo moderno, baseado na ciência da história e na estrutura e movimento reais da sociedade. Sobre essa nova base as manifestações dos trabalhadores puderam ultrapassar os limites estreitos das reivindicações econômicas imediatas. Passou o proletariado, passo a passo, a ocupar espaço próprio na arena propriamente política de luta pela redefinição do caráter e dos destinos da sociedade como um todo. O proletariado fez sua primeira aparição na cena histórica, como classe independente, nas revoluções burguesas de 1848 (MARX, s/d).

É significativo observar que, a partir desse momento, alterou-se o papel desempenhado no processo da luta de classes pelos projetos de emancipação dos trabalhadores, elaborados no início do século e restritos ao âmbito da produção, ignorando o papel determinante do poder social da classe proprietária concentrado no Estado. As propostas utópicas, baseadas no cooperativismo como eixo central converteram-se, a partir de então, objetivamente, em obstáculos ao avanço da luta pelo socialismo, uma vez que desviavam os esforços dos trabalhadores da esfera significativa da luta pelo poder de Estado, fator decisivo para a transformação social real. A importância desse

² A relevância desse aspecto da questão foi desenvolvida por Lenin (1980).

aspecto da questão evidencia-se no fato de que a classe proprietária e o Estado, que na fase anterior se opuseram violentamente às propostas cooperativistas dos socialistas utópicos, mudaram de posição ao perceber o seu caráter limitado em relação à nova dimensão adquirida pela luta de classes na fase socialista, e passaram a adotar algumas propostas cooperativistas da fase anterior.³ Abriu-se então uma fase de disputa, no interior da classe trabalhadora, entre o caminho das lutas meramente econômicas, concentradas no cooperativismo e autolimitadas pela ampla superioridade competitiva do grande capital, e as lutas na esfera superior da ideologia, da cultura e da política, visando a conquista do poder de Estado. O primeiro caminho, representado pelo anarquismo (Proudhon, Bakunin e Kropotkin), pelo oportunismo lassalliano caudatário do Estado, e finalmente pelo reformismo no campo marxista (Bernstein e Kautsky), foi contundentemente criticado por Marx e Engels, por Rosa Luxemburgo e Lenin. Este último cunhou o termo “economicismo” para caracterizar a corrente marxista russa do final do século XIX, que postulava que os trabalhadores deveriam limitar-se às lutas econômicas, deixando as lutas políticas aos profissionais (LENIN, 1980).

A inauguração da fase moderna de luta pelo socialismo, a partir de 1848, deu origem a mais de um século de conquistas políticas dos trabalhadores, a nível mundial, a partir do primeiro episódio significativo, que foi a Comuna de Paris, em 1871, primeira experiência histórica de governo dos trabalhadores. Seguiu-se a expressiva ex-

³ “Quando Robert Owen, logo depois do primeiro decênio deste século, não só defendeu teoricamente a necessidade de uma limitação da jornada de trabalho, mas também introduziu realmente a jornada de dez horas em sua fábrica em New-Lanarck, isso foi ridicularizado como utopia comunista, assim como sua ‘união de trabalho produtivo com a educação das crianças’, como também as empresas cooperativas dos trabalhadores, fundadas por ele. Hoje em dia [década de 1860 – CG], a primeira utopia é lei fabril, a segunda figura como frase oficial em todas as *Factory Acts* [Leis Fabris – CG] e a terceira [as cooperativas de trabalhadores – CMG] já serve até como *camuflagem para farsas reacionárias*” (MARX, 1983, p. 236, 191n, confrontado com MARX, 1981, p. 263-264, grifos nossos).

pansão eleitoral dos partidos social-democratas europeus, com destaque para o alemão, do fim do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, incluindo-se nesse período a revolução russa de 1905. O fim da guerra, com as revoluções russa, alemã e húngara e a vitória da revolução russa, marcou o início da terceira fase histórica do socialismo moderno, a fase da sua realização prática, concebendo-se o socialismo, nuclearmente, como conquista do poder de Estado pelo proletariado, no plano político, e no plano econômico como abolição da propriedade privada dos meios de produção e instituição da propriedade social, e como substituição do mercado pelo planejamento integrado da produção e da distribuição. Além disso o socialismo ultrapassou as fronteiras nacionais e converteu-se em um movimento mundial que incendiou as esperanças dos explorados em todo o mundo e revelou as possibilidades de libertação real destes contidas no projeto do socialismo moderno resultante da fusão das lutas teóricas e práticas dos trabalhadores a partir da segunda metade do século XIX.

Em contraste com isto, o cooperativismo, núcleo estratégico do projeto de “economia solidária”, segundo Singer, a despeito da sua relevância como sintoma do nascimento do embrião da nova sociedade, em nenhum momento foi capaz de catalisar um processo significativo de mudança social dirigido pela classe trabalhadora. Ao contrário de representar a continuidade de um processo crescente de lutas dos trabalhadores (“é uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo”), a tentativa de restabelecer o cooperativismo como centro da luta dos trabalhadores pelo socialismo, nos dias de hoje, constitui um retrocesso às limitadas ações anticapitalistas dos trabalhadores na sua infância como classe social.⁴ Acima de tudo induz a classe trabalhadora a lutar por

⁴ Singer reconhece esse caráter da sua proposta, mas obviamente a encara como vantagem: “A economia solidária [deve-se supor que o autor se refere ao cooperativismo – CMG] foi concebida pelos ‘utópicos’ como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social. (...) Trata-se duma concepção

soluções fantasiosas, conduzindo-a a uma forma de luta que uma longa e trágica história revelou ineficaz.⁵ O surto de propostas utópicas nos moldes da “economia solidária”, assim como a proliferação de seitas salvacionistas, reflete o momento de crise e desesperança pelo qual passa a classe trabalhadora mundial atualmente, e neste sentido repete o ocorrido em todos os períodos de crise prolongada do capitalismo, caracterizados por grande desemprego e desespero dos trabalhadores, cuja capacidade de resistência nesses momentos é significativamente diminuída, proporcionando terreno fértil para a difusão de soluções milagrosas e oportunistas. O momento atual é ainda mais dramático devido à inferioridade momentânea do socialismo revolucionário, decorrente do fim da primeira fase histórica das lutas do proletariado pelo socialismo, iniciada em 1848 e concluída dramaticamente com a derrota, por fatores internos e externos, do socialismo soviético.

A difusão da “economia solidária” pode ser interpretada como um sintoma do recesso momentâneo da consciência de classe do proletariado, cujo espaço é ocupado pela propagação de ideologias pequeno-burguesas, apoiadas nos mecanismos de difusão do sistema dominante. Não se pode descartar a hipótese de que a adoção de

de socialismo que dominou a infância e a adolescência do movimento operário europeu e que nunca desapareceu inteiramente, mas foi ofuscada pela perspectiva da ‘tomada do poder’ seja pelo voto, após a conquista do sufrágio universal, seja pela força, após a longa série de revoluções armadas vitoriosas, inaugurada pelo Outubro soviético” (SINGER, 2002, p. 115-116). A vitória das revoluções socialistas parece não comover o autor.

⁵ É a seguinte a avaliação de Lenin sobre o papel das cooperativas na luta pelo socialismo: “Por que eram fantasiosos os planos dos antigos cooperativistas, desde Robert Owen? Porque eles sonhavam em converter pacificamente a sociedade contemporânea em socialismo sem levar em consideração problemas tão fundamentais como a luta de classes, a conquista do poder político pela classe trabalhadora, a abolição das leis da classe exploradora. É por este motivo que temos razão ao encarar como inteiramente fantasioso este socialismo ‘cooperativista’, e como romântico e mesmo banal o sonho de transformar inimigos de classe em colaboradores de classe e a guerra de classes em paz de classes (...) por intermédio da mera organização da população em sociedades cooperativas” (LENIN, s/d, p. 467-475).

iniciativas de “economia solidária” como política oficial, em diversos países e inclusive por organismos internacionais, corresponda ao interesse de neutralizar o ímpeto revolucionário revelado pelo proletariado mundial durante mais de um século a partir de 1848. A adoção da “economia solidária”, em lugar da disputa pelo poder de Estado, como estratégia de transição para o socialismo, consistiria no abandono do terreno em que as condições de luta são relativamente mais favoráveis aos trabalhadores, por um terreno no qual são amplamente desfavoráveis. Os trabalhadores deixariam de concentrar a sua ação na ampla arena da política, em que, como classe social, avultam numericamente em relação à diminuta expressão da classe capitalista,⁶ restrita a menos de 5% da população em todos os países capitalistas significativos (LABINI, 1983), para atuar em estreita faixa na arena da luta econômica, em que os trabalhadores seriam, em primeiro lugar, pulverizados em pequenos grupos, nas cooperativas, tanto regionalmente quanto em termos de segmentos de mercados, e em segundo lugar seriam lançados a um terreno – o da concorrência econômica –, em que se encontram em esmagadora inferioridade em relação à classe capitalista, pois nesse terreno o que conta não é a expressão demográfica ou populacional, mas a escala e a qualidade do capital e dos meios de produção, ao lado dos vínculos tecnológicos e financeiros monopolizados pela classe capitalista.

Na medida que o socialismo é um projeto do proletariado como classe e em oposição ao capitalismo como projeto da classe capitalista, ele só pode ser concebido como um sistema não-capitalista. Com efeito, na formulação marxista o socialismo baseia-se na propriedade social, ou coletiva, ou comum dos meios de produção, como o oposto da propriedade privada, e no planejamento integrado da economia como o oposto do mercado. Na medida que a concepção de

⁶“A única força social dos trabalhadores é o seu número. Mas a força do número é quebrada pela desunião. A desunião dos trabalhadores é gerada e perpetuada pela sua *inevitável* concorrência entre eles mesmos” (MARX, 1975a, p. 190-199).

“economia solidária”, formulada por Singer, se opõe explicitamente a esses dois pilares do socialismo (SINGER, 2003, p. 18; 2002, p. 111), deve-se forçosamente concluir que a “economia solidária” não é um projeto socialista e não reflete, portanto, os interesses do proletariado como classe.

A cooperativa de produção e o marxismo

Como já exposto, Singer afirma que a “cooperativa de produção” é a “unidade típica da economia solidária” (SINGER, 2003, p. 13; 2002, p. 9 e 90) e que a luta pelo cooperativismo constituiu a linha de continuidade histórica das “lutas anticapitalistas” dos trabalhadores desde então. À parte o infundado dessa última afirmação, como se procurou demonstrar na primeira seção deste artigo, Singer não forneceu qualquer definição da “cooperativa de produção”, apesar de constituir o centro da sua concepção de “economia solidária”, nem do conceito mais amplo de “cooperativismo” e do seu desenvolvimento histórico. Levando em conta o que se pode considerar o conjunto das vagas idéias que compõem a sua concepção de “economia solidária”, é-se induzido a concluir que essa omissão conceitual não é casual, mas impõe-se como condição para conferir um mínimo de plausibilidade àquela concepção. A fim de colocar isto em evidência, é preciso revisitar, embora sumariamente, o processo histórico de desenvolvimento do cooperativismo, por um lado, e a sua subdivisão em segmentos diferenciados, por outro.

O cooperativismo surgiu desde cedo no capitalismo mas, como é habitual, desenvolveu-se, ao longo do tempo, das formas simples iniciais à forma de um setor complexo e heterogêneo atualmente, e isto ocorreu sob o impacto da luta de classes.⁷ O cooperativismo

⁷ O cooperativismo tem também um papel importante nos países que, após a Revolução Socialista Russa, iniciaram a construção do socialismo. Esse aspecto do tema não será, porém, abordado neste artigo.

formou-se a partir de duas diferentes origens: por um lado, a partir da formação de associações de pequenos capitalistas, que evoluíram para a forma de cooperativas empresariais. Estas nunca foram organizadas na esfera da produção, mas apenas para a realização de operações complementares à produção, principalmente na comercialização e no processamento final de algumas matérias-primas, principalmente agrícolas. A motivação da formação dessas cooperativas é puramente comercial, com o objetivo de reduzir custos individuais nas operações complementares realizadas em grande escala.

A segunda origem do cooperativismo foi a reação de trabalhadores assalariados, principalmente operários industriais, à piora contínua das suas condições de vida, em contextos de conflito político explícito com a classe capitalista, o que conferiu a essas cooperativas nítido caráter militante. Também neste caso há duas variantes que diferem qualitativamente. Por um lado, as cooperativas de consumo, nas quais a cooperação não se dá na produção, e os associados, na sua maioria, beneficiam-se da cooperativa apenas como consumidores. Quando bem-sucedidas, essas cooperativas expandiram-se, em diversos casos, a ponto de adquirir empresas capitalistas convencionais fornecedoras dos principais meios de consumo, sem no entanto convertê-las em cooperativas.

A segunda variante de cooperativas formadas por trabalhadores assalariados são as fábricas-cooperativas, nas quais os cooperados são os próprios trabalhadores da empresa. As fábricas-cooperativas surgiram a partir do início do século XIX, geralmente resultantes da tomada, pelos trabalhadores, do controle de fábricas falidas em períodos de crise industrial. As fábricas-cooperativas, enquanto cooperativas de produção, distinguem-se radicalmente, no que diz respeito ao seu significado histórico, de outras cooperativas, também de produção, mas que reúnem pequenos produtores autônomos em decadência, de que são exemplos as cooperativas de artesãos. A diferença fundamental é que as primeiras ilustram um processo de tomada, pelos trabalhadores, de unidades de produção tecnicamente avançadas,

que constituem o resultado do desenvolvimento capitalista e o ponto de partida do socialismo, ao passo que as últimas nada mais são do que esquemas paliativos destinados a prolongar a agonia dos seus infelizes integrantes. É impossível dissertar sobre o papel histórico do cooperativismo de produção sem levar em consideração essa distinção essencial.

As fábricas-cooperativas foram o tipo de cooperativa que menos se desenvolveu, pela razão óbvia de que nela os próprios trabalhadores assumem o controle pleno da empresa e da produção, no estágio mais avançado da produção capitalista, o que torna evidente e público que os capitalistas não são indispensáveis para a realização da produção, e explica a hostilidade que sempre mereceu na sociedade burguesa. Foi esse tipo de cooperativa que mereceu a atenção dos autores clássicos do marxismo. Isto permite compreender o motivo pelo qual a cooperativa-símbolo do chamado “movimento cooperativista” moderno, exaltado por Singer, não seja a fábrica-cooperativa mas a cooperativa de consumo ou de comercialização.

Essa introdução é necessária a fim de localizar com precisão a interpretação dos autores clássicos do marxismo sobre a natureza do cooperativismo. A omissão das distinções expostas é uma deficiência grave da abordagem de Singer, mas é o que lhe permite falar em cooperativismo de modo genérico e renunciar a qualquer tratamento teórico do fenômeno cooperativista, colocando em pé de igualdade cooperativas de diferentes tipos e juntando a elas os pequenos produtores autônomos e pequenos capitalistas falidos, ao lado de iniciativas meramente assistenciais destinados a trabalhadores desempregados (SINGER, 1998, p. 122-125 e 131-139). Com isto perde-se completamente o sentido histórico do fenômeno. O fato de que considera a cooperativa de produção a forma típica da “economia solidária” não corrige essa deficiência, uma vez que não a define e lhe falta todo fundamento teórico.

Marx e Engels interessaram-se pelo fenômeno cooperativista na medida que representava a emergência de elementos de uma nova

estrutura social em gestação, apoiando-se coerentemente na sua interpretação teórica do capitalismo como modo de produção em processo histórico de desenvolvimento na direção da sua superação. Por esta razão o seu interesse concentrou-se nas fábricas-cooperativas, e apenas secundariamente nas cooperativas de consumo.⁸ O que Marx considerou a característica mais relevante das fábricas-cooperativas foi o fato de que elas demonstraram, pela primeira vez, que os próprios trabalhadores podiam assumir o controle da produção, e isto não com base nas formas de produção em pequena escala e tecnicamente ultrapassadas, mas nos padrões mais avançados de escala e técnica, como se pode observar na passagem seguinte:

[as] fábricas-cooperativas (...) demonstraram que a *produção em grande escala e em consonância com o avanço da ciência moderna* [itálicos acrescentados – CG] pode ser realizada sem a existência de uma classe de *patrões* (masters) que utiliza o trabalho de uma classe de “*mãos*” (hands) [mãos, operários – NT]; [demonstraram também - CG] que, para produzir frutos, os meios do trabalho não precisam ser monopolizados como meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que (...) o trabalho assalariado é apenas uma forma social transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado (MARX, 1975).⁹

⁸ Marx afirma que “Falamos do *movimento cooperativista*, especificamente das fábricas-cooperativas” (MARX, 1975), acrescentando posteriormente: “recomendamos aos trabalhadores dedicarem-se de preferência a associações produtivas do que a associações de consumo. Estas últimas afetam apenas a superfície do sistema econômico atual, as primeiras o atacam nos seus fundamentos” (MARX, 1975a).

⁹ Em escrito posterior, Marx pronunciou-se de modo idêntico: “Reconhecemos o movimento cooperativista como uma das forças motrizes para a transformação da presente sociedade, que repousa sobre contradições de classe. O seu grande mérito reside em mostrar, na prática, que o sistema vigente de *subjugação do trabalho* ao capital, despótico e causador de miséria, pode ser substituído pelo sistema republicano e enriquecedor da *associação de produtores livres e iguais*” (MARX, 1975a, grifos no original). Deve-se notar que por “movimento cooperativista” Marx entende o movimento das fábricas-cooperativas, conforme citação da nota de rodapé anterior.

Mas essa avaliação positiva não levou Marx a ignorar o quadro global em que as fábricas-cooperativas estão imersas, caracterizado pela subjugação dos trabalhadores aos capitalistas, enquanto classes sociais, e as contradições que disto resultam e os seus efeitos tanto interna quanto externamente. Ao contrário de Singer, não as erige em representantes imediatos de um novo modo de produção, uma vez que não concebe este como um corpo estranho que se expande gradualmente ao lado do modo de produção dominante, como parece ocorrer na confusa exposição de Singer. O novo modo de produção se manifesta na própria estrutura do modo de produção vigente, na forma de mudanças qualitativas em aspectos essenciais deste, transfigurando-o crescentemente, até o momento da ruptura. Não há dois corpos sociais lado a lado, mas um mesmo corpo social em processo de transfiguração, que não é mais inteiramente o antigo mas ainda não é o novo. Como todo modo de produção novo nasce no interior do antigo, a fase de transição entre o capitalismo e o socialismo deve necessariamente caracterizar-se pelo surgimento de formas contraditórias, das quais as fábricas-cooperativas são exemplos.¹⁰ A concepção de Marx sobre o cooperativismo como forma contraditória, no entanto, aplica-se plenamente apenas às fábricas-cooperativas, pois é nelas que os trabalhadores assumem o controle das forças produtivas desenvolvidas pelo capital como pressupostos de um novo modo de produção.¹¹

¹⁰ “As próprias fábricas-cooperativas dos trabalhadores são, no interior da antiga forma, a primeira ruptura da antiga forma, embora naturalmente por toda parte, em sua organização real reproduzam e tenham que reproduzir todos os defeitos do sistema existente” (MARX, 1980, p. 419, confrontado com MARX, 1984 p. 334). Isto significa que as cooperativas, embora representem um rompimento com a “antiga forma” dominante, não constituem ainda uma “nova forma”, mas apenas uma forma híbrida ou contraditória, aspecto inteiramente ignorado na análise de Singer.

¹¹ Corallo assinala que “a cooperativa aparece, no texto de Marx, como uma forma essencialmente contraditória”, prisioneira da lógica do capital, por um lado, mas abolindo internamente a relação de exploração da força de trabalho, por outro (CORALLO, 1999, p. 244-245). O autor amplia o horizonte da análise ao notar que o caráter contraditório da cooperativa mantém-se no socialismo, mas em sentido inverso: “a cooperativa não seria

Assim, para Marx, apesar do caráter coletivo da propriedade dos meios de produção, nas fábricas-cooperativas, implicar que “a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida”, isto ocorre sob uma forma capitalista, portanto contraditória, isto é, “inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho” (MARX, 1984, p. 334).

Por outro lado, Marx também não ignorou as reações externas ao surgimento das fábricas-cooperativas:

a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido, dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que aristocratas bem-intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como sacrilégio e socialistas. (...) Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária (MARX, 1975).¹²

Por outro lado, as fábricas-cooperativas não podem ser analisadas isoladamente, mas como um elemento de uma totalidade, de modo que as mudanças que se manifestam nelas refletem mudanças no modo de produção e não apenas nelas. Neste sentido, Marx coloca as cooperativas em pé de igualdade com as sociedades anônimas como

mais elemento de socialismo em um ambiente capitalista, mas elemento de capitalismo em um ambiente socialista”. Enfoque semelhante encontra-se na análise de Lenin (s/d).

¹² Singer opina em sentido contrário (SINGER, 2002, p. 93 e 112).

formas contraditórias, sintomas de uma nova realidade emergindo no interior do capitalismo¹³. O que as identifica é que em ambas a gestão da produção separa-se da propriedade privada dos meios de produção: as fábricas-cooperativas e as sociedades anônimas são administradas por gerentes indicados por proprietários coletivos e não individuais, mas ambas permanecem prisioneiras da lógica do capital, como capitalistas coletivos que são. Isto significa que a expropriação da classe capitalista, traço essencial do socialismo, inicia-se de modo espontâneo no interior do capitalismo, ao invés de representar uma aberração que ameaça a continuidade normal da produção, convertendo-se ao contrário em condição dessa continuidade.

Essa passagem ilustra à perfeição a concepção da mudança social, por Marx, como um fenômeno que emerge espontaneamente, e das leis jurídicas como expressões dessas mudanças e não como suas causas.¹⁴ No presente caso, Marx indica que a conversão da propriedade privada em propriedade coletiva é gerada pelo desenvolvimento do próprio capitalismo e não pela vontade arbitrária da classe trabalhadora. Com efeito, segundo Marx o socialismo caracteriza-se pela abolição da propriedade privada não devido à sua preferência subjetiva pela propriedade social, mas porque o próprio desenvolvimento do capitalismo promove, gradualmente, a expropriação de toda propriedade privada, que finalmente subsiste apenas como suporte jurídico ultrapassado de uma classe privilegiada e destituída de função social objetiva. Numa primeira fase a expansão do capital implica a expropriação dos produtores diretos e a expansão absoluta

¹³ “As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas-cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que, num caso, a antítese é abolida negativamente, e no outro, positivamente” (MARX, 1984, p. 335).

¹⁴ As fábricas-cooperativas “mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das suas correspondentes formas sociais de produção, de um modo de produção desenvolve-se e irrompe de maneira natural um novo modo de produção” (MARX, 1984, p. 335).

do trabalho assalariado na sociedade; na fase seguinte a difusão da sociedade anônima implica a expropriação dos capitalistas individuais e a instituição da propriedade coletiva dos meios de produção, embora restrita à classe capitalista. Isto significa que aos poucos a propriedade privada *individual* dos meios de produção desaparece, substituída pela propriedade coletiva da classe capitalista. Nesta altura, a propriedade privada individual sobrevive apenas, ironicamente, entre pequenos produtores decadentes, como ruínas de uma era socialmente ultrapassada. E é sobre essas ruínas que Singer pretende que esteja sendo erigido um novo e mais avançado modo de produção.

No entanto, na medida em que a forma jurídica capitalista da propriedade subordina de modo determinante todas as formas divergentes dela, as formas coletivas só podem desenvolver as suas potencialidades depois que a forma privada individual for abolida, o que só pode ocorrer, no entanto, no contexto de uma mudança social global do modo de produção. O cerne do modo de produção reside no caráter de classe do poder de Estado, cujo componente essencial é a forma jurídica da propriedade. A defesa e garantia desta é a função central do Estado nas sociedades divididas em classes. Como se expôs acima, a forma jurídica da propriedade apenas expressa, na esfera jurídica, as relações de produção objetivamente geradas pela configuração geral das forças produtivas. Como estas, porém, se desenvolvem gradualmente, geram ao desenvolver-se novas formas de apropriação, que aos poucos entram em conflito com a forma jurídica vigente da apropriação, de modo que a vigência desta passa a funcionar como obstáculo ao desenvolvimento das novas relações de produção e conseqüentemente das forças produtivas que lhe dão origem. O domínio da propriedade privada como forma jurídica geral da propriedade no capitalismo exerce precisamente esse efeito de bloqueio sobre as novas formas que, no interior do capitalismo, são sintomas das mudanças mais profundas em curso. Conseqüentemente, para que estas se materializem, é necessário que a forma

jurídica vigente da propriedade privada seja abolida, mas como ela é assegurada pelos instrumentos de força social concentrados no Estado, é a natureza do poder de Estado que é decisivo e necessita ser alterado como condição da instituição do novo modo de produção. Marx manifesta isto claramente, sem menosprezar o papel representado pelas fábricas-cooperativas como sintomas da emergência de novas realidades na base da estrutura social:

Mas o sistema cooperativista, limitado às formas elementares [no original *zwerghaften*: nanicas – CG] que os escravos assalariados podem desenvolver através dos seus esforços privados, jamais transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social em um sistema abrangente e harmonioso de trabalho livre e cooperativo, são necessárias *mudanças sociais gerais, mudanças nas condições gerais da sociedade*, que só poderão ser realizadas através da transferência do poder organizado da sociedade, isto é, do poder de Estado, das mãos dos capitalistas e proprietários de terras aos próprios produtores (MARX, 1975a).

Conclusões

As principais conclusões que este artigo permite enunciar são as seguintes:

1) A “economia solidária” não é, ao contrário da pretensão de Singer, uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”. Em seus textos sobre o tema, o autor foi incapaz de identificar o processo real de desenvolvimento das lutas dos trabalhadores contra o capitalismo, a partir das incipientes formas iniciais até a sua forma mais desenvolvida do socialismo moderno. O que os trabalhadores em luta contra o capitalismo criaram, em quase duzentos anos de uma história riquíssima, foi em primeiro lugar o conceito rigoroso do socialismo como objetivo, cuja essência

é a abolição da propriedade privada dos meios de produção e a instituição da propriedade coletiva, e, em segundo lugar, a necessidade da conquista do poder de Estado como condição essencial. E não somente criaram os conceitos, como os levaram à prática, a partir da vitória da Revolução de 1917, em diversos países do mundo, demonstrando a viabilidade histórica da conquista do poder de Estado pelos trabalhadores e a instituição da propriedade social dos meios de produção.

2) A cooperativa de produção, tida por Singer como protótipo da “economia solidária”, embora tenha surgido, ao lado da sociedade anônima, como sintoma de uma nova realidade emergente no interior do capitalismo, é incapaz, como a própria sociedade anônima, de constituir uma via de superação do capitalismo. Os clássicos do marxismo elaboraram uma análise detalhada e precisa do significado, das possibilidades e dos limites dessas cooperativas no capitalismo, com a qual a abordagem de Singer conflita em todos os aspectos.

Referências bibliográficas

- CORALLO, Jean-François. Coopérative. In: LABICA, Georges & BENSUSSAN, Gérard. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: Quadrigne/PUF, 1999, p. 244-245).
- LABINI, Paolo Sylos. *Ensaio sobre as Classes Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- LENIN, V. I. Que fazer? In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, v. 1.
- . On cooperation. In: *Lenin Collected Works*. s/d., v. 33, p. 467-475.
- MACKENZIE, N. *Breve historia del socialismo*. Barcelona: Labor, 1969.
- MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, v. 1.
- . *Das Kapital*. Frankfurt/M: Ullstein Materialien, 1980, Band III.
- . *Das Kapital*. Frankfurt/M: Ullstein Materialien, 1981, Band I.

- MARX, Karl. Inauguraladresse der Internationalen Arbeiter-Assoziation. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Werke*. Berlim: Dietz Verlag, 1975, Band 16, p. 5-13.
- . Instruktionen für die Delegierten des Provisorischen Zentralrats zu den einzelnen Fragen. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich.. *Werke*. Berlim: Dietz Verlag, 1975a, Band 16, p. 190-199.
- . *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. I, t. 1.
- . *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, v. III, t. 1.
- SINGER, Paul. “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”. In: SINGER, Paul.& SOUZA, André Ricardo, *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003..
- . *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- . *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.